

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA ERA LULA: notas sobre a redução da bildung (formação cultural) na atualidade

Raimundo Rajobac ¹

RESUMO - O estudo tem como objetivo refletir sobre o conceito de formação profissional e tecnológica na atualidade pondo-o em tensão com o conceito clássico de Bildung (Formação Cultural). Para tanto será tomado como referência o significativo avanço da formação profissional e tecnológica durante o Governo Lula. Como hipótese básica terá destaque a ideia de que o ideal de formação que permeia os processos educativos técnico-científicos e profissionalizantes favorecem a redução da Bildung no sistema educacional da atualidade, uma vez que tomam a formação em sua finalidade técnica, deixando à margem seu sentido mais amplo enquanto formação pela cultura.

Palavras-chave: *Bildung*; Formação profissional-tecnológica; Governo Lula.

PROFESSIONAL TRAINING AND TECHNOLOGY IN THE LULA GOVERNMENT: notes on the reduction of bildung (cultural formation) in contemporary

KEYWORDS - *The objective of this study is to reflect on the concept of professional formation and technology currently in tension with the classical concept of Bildung (Cultural Formation). The object of investigation is the substantial progress of professional formation the Lula Administration. The basic hypothesis is that the technical and professional formation reduces the concept of Bildung in the current educational system. The formation is understood in its technical purpose fleeing to the sense of formation culture.*

Keywords: *Professional formation and technology; Lula's government.*

¹ Professor efetivo no Departamento de Música da UFRGS. Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS).

Introdução

Não são recentes as discussões e reflexões a respeito do tecnicismo como tendência pedagógica e sua influência na educação brasileira. Contudo, a posição que tem ocupado a preocupação com a formação técnica e profissional no Brasil sugere cada vez mais a eminência de um neotecnicismo. Tudo isso pode ser notado claramente no impulso que teve a educação técnica e profissional durante o Governo Lula e sua associação à política de desenvolvimento social, econômico e democrático do país. Nesse contexto, parece prudente considerar, que a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica acabou por expandir também uma ideia de formação. Dessa forma, a *Bildung*² na atualidade passa a depender cada vez mais dos princípios técnicos e profissionalizantes exigidos pelo contexto social e econômico brasileiro. Para mantermos criticidade no atual momento e podermos apontar possíveis desafios para a pedagogia, faz-se necessária a pergunta sobre os limites de uma formação neotecnológica, embora no contexto geral da política econômica, educacional e social do Governo Lula ela represente avanços significativos para o Brasil,

² Conforme Flickinger (2010), o conceito de formação hoje considerado clássico, remete a ideias vinculadas às noções *Paideia* e *Bildung*; noções estas que fogem de uma tradução direta, em uma palavra só. Segundo Cabanas (2002), a palavra *Bildung* converteu-se em expressão fundamental na teoria da educação, em meados do século XVIII, por obra de J. Möser, J. G. Herder e outros representantes da Pedagogia da Ilustração. Viria a coincidir com o termo grego *Paideia* e o latino *Humanitas*. Em Gadamer (2007), o conceito de *Bildung* é, sem dúvida alguma, a ideia mais importante do século XVIII e é precisamente esse conceito que designa o elemento aglutinador das ciências do espírito do século XIX. O conceito de *Bildung* torna evidente a profunda transformação espiritual que fez do século de Goethe ainda um nosso contemporâneo, ao passo que o do Barroco nos soa hoje como antiguidade histórica. Nessa época, os conceitos e termos decisivos com os quais ainda hoje operamos adquirem seu significado.

principalmente no que diz respeito à economia, desenvolvimento social, democratização do conhecimento e etc.

O que sugerimos como problema, para guiar este trabalho, é o fato de que uma formação pensada a partir de critérios técnicos e profissionais, pode não cumprir totalmente sua função, a qual se efetiva no esforço de formação integral, tentando abranger o ser humano em seu todo e em diálogo com a cultura em sentido amplo: por isso, nosso esforço em tensionar o conceito de formação tecnológica e profissional com o conceito alemão de *Bildung* como formação cultural. Dai surge a hipótese básica sobre a qual se apoia a pretensões com o trabalho: a de que o conceito de formação técnica e profissional, reduz o sentido da *Bildung* no sistema educacional brasileiro na atualidade. Como objeto de investigação é tomado, em sentido lato, o avanço que a educação técnica e profissional passou durante o governo lula, tomando como referência, antecedentes históricos, os quais nos remetem oficialmente ao ano de 1909 e a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Nilo Peçanha.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho será dividido em três partes. Na primeira parte, remontaremos aos antecedentes históricos e sua progressão, tomando como referência decisões e iniciativas políticas que foram dando corpo e tornando prioridade o ensino técnico e profissional no Brasil. Além de focar a importância de tal fenômeno para a história da educação, apontaremos também para a discrepância entre o avanço do ensino técnico e profissional durante 93 anos (1909 a 2003) e a

explosão desse processo durante os 8 anos de Governo Lula (2003 a 2010). Na segunda parte do trabalho nos concentraremos em discutir sobre a formação técnica e profissional durante o Governo Lula, bem como observar a relação estreita que esta mantém com a lógica maior do plano de governo, a qual se liga a objetivos desenvolvimentistas, socioeconômicos e culturais. A última parte do trabalho cumprirá uma função teórica determinante, a qual se ocupará em esclarecer o que se entende por *Bildung*, o que significa apontar sua redução no contexto tecnológico-profissionalizante da educação atual, e a importância do diálogo dos processos educativos atuais com o conceito clássico de *Bildung*.

Formação profissional-tecnológica: dos antecedentes históricos ao impulso na era Lula

O dia 23 de setembro de 2009 representou um marco histórico: completavam-se os cem anos de fundação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nilo Peçanha, ao suceder Afonso Pena em 1909, assinou no dia 23 de setembro daquele mesmo ano o *Decreto nº 7.566* o qual criava as Escolas de Aprendizes Artífices destinadas exclusivamente ao ensino primário profissional público³. No ato inicial da fundação foi autorizada a criação de dezenove escolas, as quais deveriam ser divididas em diferentes unidades federativas e que deveriam estar sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura e Comércio.

³ Sobre isso ver CUNHA, 2005.

Essa tomada de decisão caracterizou-se como iniciativa concreta em relação a um processo histórico vindo de longa data. Várias outras experiências anteriores ajudam a observarmos certa preocupação com o ensino técnico, tais como “[...] ofícios manufatureiros [...] de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, [e o] Colégio das Fábricas [...]” (BRASIL, 2010, p. 1) criado por D. João VI, bem como os Liceus de Artes e Ofícios.

De forma geral, o ano de 1906 propiciou condições diversas para o investimento público mais precisamente no ensino técnico. Podem ser citados desse período a “realização do *Congresso de Instrução* [e] seu projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, [...] [e o aumento] da dotação orçamentária [...] conjunta do Governo da União e dos Estados [...]”⁴. (BRASIL, 2010, p. 2). Tratou-se, portanto, de todo um contexto histórico que veio a favorecer a criação do *Decreto nº 7.556* de 23 de setembro de 1909.

Após esse momento histórico, vários outros eventos e decisões políticas marcaram de forma acentuada, a preocupação em relação ao ensino técnico e profissional no Brasil. Em 1927, o ensino profissional tornou-se obrigatório no país com a sanção do Projeto de Fidélis Reis. Logo em seguida, em 1930, passou a ser supervisionado por uma inspetoria ligada ao então criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Já em 1934 essa inspetoria transformou-

⁴ Conforme BRASIL (2010), já em 1906 Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do *Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906*, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

se em Superintendência do Ensino Profissional: esse avanço permitiu se tratar pela primeira vez do ensino técnico e profissional numa Constituição Brasileira: a de 1937. (BRASIL, 2010,). Daí o chão fecundo para a criação dos Liceus profissionais, a transposição do ensino profissional para o nível médio com a Reforma de Capanema (1941), a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, bem como para toda a atenção oferecida ao setor pelo governo JK: “Pela primeira vez contemplava-se o setor com 3,4 % do total de investimentos previstos [...]. [Daí] as escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais [1959] [...]” (BRASIL, 2010, p. 4).⁵

Mais tarde, na década de 70 viveu-se uma tecnicização intensificada. O marco desse momento é a LDB nº 5692 de 11 de agosto de 1971, a qual “[...] torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo o currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência” (BRASIL, 2010, p. 5). Foram características desse momento a implantação de novos cursos técnicos e o significativo aumento do número de matrículas. A preocupação com a formação de engenheiros e tecnólogos ganha destaque com a lei nº 6.545 de 1978 quando “[...] três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica CEFETs” (BRASIL, 2010, p. 5). Processo que continuou a se estender nos anos

⁵ Conforme BRASIL (2010), as instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

seguintes a diversas outras instituições. Assim, em 1994, a Lei nº 8948 de 8 de dezembro legitima a transformação das Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em CEFETs, processo que é novamente tornado prioridade no ano de 1999. Ainda em 1996, a LDB (Lei 9.394) passou a dispor sobre a educação profissional e tecnológica em capítulo separado da educação básica. Sendo que em 1997 o Decreto 2.208 cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) (BRASIL, 2010).

Para notarmos o seguimento e a ênfase dada a esse processo durante o Governo Lula precisamos observar o impulso substancial oferecido pela política educacional e tecnológica que marcaram o governo. De 1909 a 2002, 140 unidades destinadas à educação profissional e tecnológica foram criadas no Brasil. Em 2004 foi permitida a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio (Decreto 5.154/2004). Em 2005 foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: 64 novas unidades de ensino foram criadas⁶. Em 2006, a Educação Profissional foi integrada com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com o ensino fundamental, médio e educação indígena (Decreto 5.773/2006). Nesse mesmo ano, foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnológica e aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2007, aconteceu o lançamento da segunda fase do Plano de Extensão da Rede

⁶ Conforme BRASIL (2010), também nesse ano Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

Federal de Educação Profissional e Tecnológica: a criação de 150 novas unidades foi estabelecida como meta, o que até o final de 2010 deveria somar 354 em todo o país envolvendo a formação técnica e profissional nos níveis técnico, superior e de pós-graduação (BRASIL, 2010).

Formação profissional e tecnológica na era Lula

É possível falar em um neotecnicismo na era Lula. Além de todo o direcionamento político educacional oferecido à formação tecnológica podemos em sentido prático indicar o salto de 140 unidades de formação tecnológica, criadas durante 93 anos (1909 a 2002), para as 354 unidades, sendo que 214 delas foram criadas durante os 8 anos do Governo Lula (2003 a 2010)⁷. Daí podemos imaginar toda a exigência humano-formativa, estrutural, financeira e ideológica necessária para amparar a magnitude de tal projeto. De fato, ele influenciou de forma determinante os processos formativos no Brasil contemporâneo, aos incluir fortemente o ideal tecnológico-profissional como dimensão essencial da educação.

⁷ Conforme Pacheco (et al., 2010), Em 2005 o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele e o governo enunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. Divulgou-se naquele momento, que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras e 500 milhões, por ano, para custeio e salário de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. Considerando-se a primeira e segunda fase dessa expansão, seriam acrescidas, às 160 mil vagas até então ofertadas, mais 274 mil vagas, um incremento, portanto, de 171%. A meta foi portanto, conforme anunciado, chegar até 2010 com algo em torno de 500 mil vagas em todo o território nacional.

A Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, talvez seja o marco representacional da posição que ocupou a preocupação e investimento na formação profissional e tecnológica na era Lula: trata-se da lei que institui a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tal iniciativa nasceu durante o segundo mandato do presidente Lula e é emblemática não apenas quando pensada em relação ao momento da fundação, mas principalmente em relação ao impacto que continuará causando nos processos formativos e educacionais na posteridade.

Essa iniciativa foi marcada “[...] pela determinação do presidente em assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas de seu governo” (PACHECO et al., 2010, p. 2). O que exigiu necessariamente o enfrentamento político com decisões tomadas anteriormente, que impediam a expansão por todo o país.⁸ A formação técnica em sua forma de expansão durante o governo Lula adotou critérios objetivos e técnicos, uma vez que o principal emergencial objetivo era o aumento da oferta em todo o país. Dessa forma, era preciso chegar a todo o Brasil, por isso a preocupação com a “interiorização da rede, criação [...] em Estados e Municípios [...] não beneficiados, e a metodologia utilizada [...]”

⁸ Conforme Manfredi (apud PACHECO et al., 2010), a reforma da Educação Profissional, ocorrida em 1997, legitimou um dos projetos que estavam em discussão na sociedade civil, tendo sido regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, Medida Provisória nº 1.549/97 e Portaria nº 646/97. Segundo a autora, a reforma legitimou um projeto não consensual provocando, por um lado, o dissenso quanto à sua implementação e, por outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes. A Medida Provisória nº 1.549/97, por exemplo, em seu artigo 44, apontava para a transferência de responsabilidade de manutenção e gestão de ensino técnico para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, para o setor produtivo e/ou para organizações não-governamentais, eximindo a União da responsabilidade de continuar participando da expansão da rede técnica federal.

teve-se de se pautar [...] [em] análises, dados estatísticos e outros, de instituições [...] como IBGE, Iepa, Inep, MDS, dentre outras” (PACHECO et al., 2010, p. 4).

A Formação profissional e tecnológica cumpriu na era Lula uma função sócio-político-educacional ao associar “[...] a importância da mesma [com o] desenvolvimento nacional soberano, sustentável e inclusivo [...]” (PACHECO et al., 2010, p. 4). Daí a pertinência de reflexões sobre esse momento histórico da educação brasileira, uma vez que formação tecnológica e profissional integra-se ao contexto geral de um projeto político de tremenda grandeza.

A educação profissional e tecnológica, mais do que nunca, passou a ser pensada em seu caráter essencialmente público. Sua articulação com o desenvolvimento nacional em suas diversas instâncias sugere um neotecnicismo, o que exige o questionamento sobre o impacto dos aspectos ligados a habilidades e competências técnicas e profissionais, sobre a formação humana enquanto formação cultural; mesmo que de antemão aceitemos que o desenvolvimento econômico e social do país apresente melhorias significativas relacionadas ao desenvolvimento técnico e científico. O neotecnicismo da era Lula sugere duas situações básicas: por um lado, o ideal de formação ligado estritamente às necessidades do mercado de trabalho, e, por outro, o ideal de formação tecnológica como fomentador da cidadania e democratização do conhecimento. Certamente respostas imediatas poderão ser precipitadas. A explosão pela qual passou a formação profissional e tecnológica no curto espaço de tempo do Governo Lula, terá

muito a nos dizer com o passar dos tempos. Reflexões diversas serão necessárias. Afinal, é de longa data a influência e limites de uma tendência pedagógica tecnicista.

Notas sobre a redução da Bildung na atualidade

Os limites de uma formação tecnicista têm gerado debates diversos no contexto geral da educação brasileira. Penso que Luckesi, embora tenha se reportado objetivamente a outro momento da história da educação, sugere características fundamentais do momento aqui denominado de Neotecnicismo: a formação do profissional técnico na contemporaneidade possui como interesse imediato reproduzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas (1990, p. 61). Uma vez pensada dessa forma, a ideologia neotecnicista passa a influenciar o papel da escola, os conteúdos e métodos de ensino, bem como os pressupostos de aprendizagem e, em última instância, a relação professor e aluno em sala de aula. Tara-se, portanto, “[...] de um enfoque diretivo do ensino [ou seja,] [...] procedimentos e técnicas necessárias ao arranjo e controle nas condições ambientais que assegurem a transmissão/recepção de informações” (LUCKESI, 1990, p. 61). A expansão do ensino técnico e profissionalizante ocorrida durante o Governo Lula, em nome do progresso e desenvolvimento sócio-educacional, não consegue, até pela erupção do processo, superar a unilateralidade formativa comum ao ensino técnico, ou seja, o [...] aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-

se diretamente com o sistema produtivo. [Nesse caso], ‘aplicação’ [e habilidade] é competência do processo educacional (LUCKESI, 1990, p. 61).

Seria impossível os profissionais e intelectuais da educação, responsáveis pelo processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fazerem-se indiferentes ao que representou a tendência pedagógica tecnicista da década de setenta para a educação brasileira. Certamente são grandes entendedores desse processo histórico. Numa investigação mais profunda certamente podemos encontrar pressupostos que busquem romper com o que foi o tecnicismo noutras épocas. Contudo, para pontuar nossa crítica, devemos dizer que dentre outras coisas, o que diferencia essencialmente o tecnicismo anterior do neotecnicismo de nossa época, é a preocupação historicamente consciente, muito bem colocada pelo atual Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Moreira Pacheco: “[...] de construir uma visão da formação profissional [...] que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado e contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento” (PACHECO et al., 2010, p. 6). Muito embora, acreditemos que isso está longe de ser uma realidade.

O neotecnicismo contemporâneo acaba por entender a formação como aquisição de habilidades, possibilidades e capacidades de aplicação objetiva do conhecimento e instrução necessária a atender necessidades objetivas oriundas da transformação social em andamento. Reside aqui a causa principal da redução da

Bildung no Brasil contemporâneo. Enquanto *Bildung* “[...] a natureza da formação repousa em sua universalidade [...]. É justamente nisso que o conceito de formação supera o mero cultivo de aptidões pré-existentes” (GADAMER, 2007, p. 46-47). O cultivo técnico de aptidões e seu exercício “[...] são um mero meio para um fim [...]” (GADAMER, 2007, p. 47). A teoria da ciência positiva e a possibilidade de tornar o mundo circundante objeto manipulável trata-se do plano de fundo no qual se apoia a *Bildung* tecnológica. As consequências de tais processos formativos transparecem na ideia de Gadamer, segundo a qual os procedimentos e saberes técnicos expropriam os criadores, e os resultados de seus trabalhos fogem a seu controle. Assim, não é possível mapear o uso devido ou indevido das criações: eles terão sempre um, o qual será aquele que favorecer aos sistemas dominantes. Nessas condições, o mundo moderno, e, conseqüentemente a formação, nada mais é que uma trama hierárquica dessas estruturas de meios e fins, no qual surge naturalmente a ideia de uma *tékne* superior, ou saber específico que conhece o emprego correto de todo saber específico, uma espécie de saber régio: a *tékne* política (GADAMER, 2007).

Por outro lado, quando entendida em sentido amplo, ou mesmo como processo integrador da totalidade do ser humano, a formação permite ao sujeito “[...] apropriar-se totalmente daquilo em que e através do que alguém é instruído. [Portanto], o resultado não se produz na forma de uma finalidade técnica, mas nasce do processo interior de formulação e formação [...] em constante evolução e aperfeiçoamento.” (GADAMER, 2007, p. 47).

Por isso a necessidade de diálogo e tensão constante do conceito clássico de *Bildung*⁹ com a formação neotecnológica contemporânea. Pois, em tal conceito, formação surge como formação cultural sendo que “[...] o objetivo da *Bildung* do homem é a formação máxima e mais proporcional possível de sua forças, no intuito de as integrar em um todo” (HUMBOLDT apud FLICKINGER, 2010, p. 177). De fato a unilateralidade ou unidimensionalidade do sistema formativo neotecnista corrente no contexto da educação brasileira não oferece “[...] lugar nenhum para a validade daqueles princípios que alimentam o velho sonho de uma formação abrangente como *Bildung*”. (FLICKINGER, 2010, p. 177).

A formação neotecnista tal como foi priorizada atualmente sugere um deslocamento do ser humano enquanto centro das preocupações formativas, pondo em seu lugar a imediatividade social-mercadológica. Torna-o, portanto, um apêndice do processo de expansão neotecnológica, pois abre mão de uma “[...] formação máxima e mais proporcional, [para a] autonomia e autodeterminação [em tensão com a cultura] [...]” (FLICKINGER, 2010, p. 176). A dinâmica de transformação social defendida pelo Governo Lula, impulsionou um ideal de formação tecnológica. Assim, a *Bildung* na contemporaneidade vê reduzida em relação a seu ideal de formação integral e cultural. Talvez hoje, juntamente com diversos outros desafios que surgem a partir do neotecnismo da era Lula, a preocupação com a formação integral e cultural seja um dos pontos nevrálgicos para a pedagogia brasileira. Afinal, a era Lula apenas deu um

impulso titânico na educação profissional e tecnológica. Teremos, portanto, muito a observar e refletir nos anos vindouros.

⁹ Sobre isso ver SUAREZ, 2005.

Referências

BRASIL, **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo**, UNESP, São Paulo, 2005.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FLICKINGER, H. G. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas: Autores Associados, 2010.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma filosofia hermenêutica. 8 ed. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2007.

GADAMER, H.-G. **Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio Paulo Meurer. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Verdade e Método: Complemento e índices**. Trad. Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A Razão na época da Ciência**. Trad. Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiro, 1983.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

PACHECO, E. M. et al. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, vol. 16, n. 31, 2010.

QUINTANA CABANAS, J. M. **Teoria da Educação**. Concepção antinômica da *educação*. Porto: Edições ASA, 2002.

SUAREZ, R. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). **Kriterion**. 2005, vol.46, n.112, pp. 191-198.

*Artigo submetido em outubro de 2011
Aceito em dezembro de 2011*